

Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional

Reflections on the South America's bourgeoisies and regional integration

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n3.p112](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n3.p112)

Igor Fuser¹

1. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor no Bacharelado em Relações Internacionais e na Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS), da UFABC. Contato: igor.fuser@ufabc.edu.br; <http://orcid.org/0000-0003-0260-4062>.

Recebido em: 15 de junho 2017.

Aceito em: 25 de outubro de 2017.

RESUMO

O chamado “ciclo” de governos progressistas na América do Sul foi acompanhado de um conjunto de iniciativas de integração regional, como a Unasul, a Celac e a reorientação do Mercosul em um sentido mais voltado para a autonomia, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais. Esses projetos, que entraram em uma fase de retrocesso após a ascensão de governos de direita no Brasil e na Argentina, enfrentaram desde o início graves obstáculos, responsáveis pelas debilidades em sua implantação. O artigo sustenta que os limites dos processos integracionistas sul-americanos se devem à hostilidade das burguesias locais em cada um dos países envolvidos perante um projeto político regional divergente em relação às diretrizes neoliberais do capitalismo global e contrário à hegemonia dos Estados Unidos na região. Especialmente nos dois países sul-americanos mais importantes, Brasil e Argentina, o empresariado adotou uma postura de oposição a qualquer elemento dos projetos integracionistas que o afastassem dos marcos restritos do livre-comércio, o que inviabilizou os objetivos mais abrangentes que nortearam a conduta dos governos progressistas nessa área.

Palavras-chave: Integração regional; América do Sul; Burguesia.

ABSTRACT

The turning to the right in the South American political landscape has had a strong impact on regional integration initiatives as Mercosur and Unasur, which have been losing its relevance while governments in this subcontinent put themselves under Washington's hegemony. The new conservative rulers are throwing aside the institutions associated to the former left-wing governments not only to please the United States authorities and global market actors, but also because this option coincides with the preferences of the entrepreneur classes in their own countries. This article explores the contradictions between the bourgeoisies in Argentina and Brazil and the developmentalist integration project which both countries' governments tried to implement. The project of a deep integration, inspired in the European Union's example, has since the beginning faced fierce resistance from Argentine and Brazilian ruling classes. They worked systematically to keep the common institutions limited to trade questions, blocking any step oriented to productive or political integration. The article ascribes this attitude to the liberal overview engrained in South America's business sector and to its strategic option for the role of junior partners vis-à-vis the foreign capital. So, they prefer to renounce

any autonomous perspective of national and/or regional development in order to keep their traditional place in the international division of labor as providers of primary products to the markets in the core of the capitalist system.

Keywords: Regional integration; Mercosur; Unasur; Brazilian foreign policy; Argentine foreign policy.

Introdução

A mudança no cenário político sul-americano a partir de 2015, com a eleição de um presidente liberal-conservador na Argentina e o golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff no Brasil, somada a um quadro de intensa crise política e econômica na Venezuela, provocou um grave retrocesso em todas as iniciativas de integração regional sul-americana, em especial daquela que se encontrava em seu estágio mais avançado, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os governos de Michel Temer, no Brasil, e de Mauricio Macri, na Argentina, mostram uma clara disposição de rebaixar o alcance do Mercosul, com a eliminação da Tarifa Externa Comum (TEC), e de firmar acordos separados de livre-comércio com a União Europeia. Com essa nova orientação, o Mercosul perde o seu status de união aduaneira e deixa de ser o eixo ao redor do qual se articulavam todos os demais componentes do projeto de integração – políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, finanças, agricultura, direitos sociais e trabalhistas, entre outros tópicos. À reversão de rumo político nos dois integrantes principais do Mercosul (Brasil e Argentina) se agregam a postura do Paraguai, que já estava deixando clara sua inclinação a aderir aos projetos de integração comercial liderados pelos EUA, e uma significativa inflexão na política externa do Uruguai, o único dos integrantes originais a manter um governo progressista², mas que agora manifesta tendência a se somar às posições direitistas adotadas pelos demais membros fundadores do bloco, não só nas instâncias do Mercosul, mas também no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), entidade controlada pelos Estados Unidos que se mostra revigorada no novo cenário político regional.

Os efeitos da reviravolta política de 2015/2016 atingem também outras iniciativas e instituições, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC). Com o realinhamento do Brasil e da Argentina aos EUA, somado à neutralização da influência venezuelana, desaparece a motivação primordial para a própria existência dessas iniciativas – a busca de um espaço regional autônomo, construído sobre a ideia de uma identidade latino ou sul-americana compartilhada como alternativa à globalização neoliberal e à concepção pan-americana cristalizada na OEA e no falido projeto da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

O desmonte do edifício integracionista erguido sobre o alicerce do Mercosul se apresenta como uma tendência irreversível caso se consolide o atual “giro à direita”. Isso não significa a extinção das instituições construídas nesse processo. O Mercosul continuará existindo

2. “Progressismo” é um termo constante no discurso político das esquerdas desde a primeira metade do século XX, no sentido de designar os atores políticos favoráveis ao que se costuma chamar de “transformação social”, em contraposição ao conservadorismo, geralmente associado às posições da direita (SILVA, 2015, p.26).

como área de livre-comércio, funcional à dinâmica econômica vigente e, possivelmente, como uma plataforma para o ingresso em bloco (com a eventual exceção venezuelana) em iniciativas comerciais mais abrangentes, sob o comando dos EUA. Do mesmo modo, a UNASUL pode alcançar sobriedade como mecanismo voltado para a expansão da infraestrutura física regional – rodovias, ferrovias, hidrovias, usinas hidrelétricas, gasodutos. É o que, na prática, já vem fazendo, ao incorporar os projetos da antiga Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), área em que se verifica convergência entre os objetivos neodesenvolvimentistas e neoliberais³.

3. Criada em 2000 por iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso, a IIRSA recebeu pleno apoio do governo Lula, que levou adiante e ampliou seus projetos, voltados principalmente para a construção de uma rede de “corredores de exportação” a fim de viabilizar e facilitar o transporte de produtos primários rumo aos mercados da Ásia, América do Norte e Europa. A partir de 2008, a IIRSA foi incorporada à UNASUL por meio de um de seus organismos, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN).

A partir da avaliação exposta, o presente ensaio apresenta a ideia de que o processo em curso de desmonte da integração regional corresponde aos interesses das burguesias sul-americanas, se não no seu conjunto, ao menos dos seus setores mais dinâmicos e com capacidade mais relevante de agência, unificados politicamente sob a hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais.

Como ideias complementares, articuladas com a principal, o ensaio sustenta que:

- O projeto de integração defendido pelos governos brasileiros liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) já se encontrava estagnado e, em grande medida, bloqueado por setores da sociedade e do aparato estatal do Brasil muito tempo antes da recente reviravolta política nesse país. Esses setores se opunham ao chamado “regionalismo pós-liberal”, que na interpretação de Maria Regina Soares de Lima apresentava as seguintes características: “primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos, antes excluídos dos direitos da cidadania política e dos benefícios econômicos com a erradicação da pobreza na região” (LIMA, 2014, p.85).
- As burguesias sul-americanas sempre manifestaram resistência à integração neodesenvolvimentista, progressista ou “pós-liberal” que se tentou implantar sob a liderança dos governos de Lula e Dilma e do casal Kirchner. Essa oposição se deu em graus diferentes de intensidade no período de 2003 a 2017, em todos os países onde esse projeto político se fez presente. Os fatores conjunturais (econômicos e políticos) verificados sobretudo no Brasil e na Argentina a partir de 2012/2013, e que deram suporte material à ofensiva para a mudança na orientação dos respectivos governos, apenas serviram de estímulo para a busca de objetivos que já constavam, havia muito tempo, na agenda das classes dominantes. Isso torna especialmente difícil a reversão da atual ofensiva anti-integracionista.
- A resistência das burguesias locais aos tópicos que levariam a uma integração mais profunda está na raiz das dificuldades de todo tipo: a falta de institucionalidade, o baixo grau de densidade social do integracionismo, a indiferença da opinião pública.

Na realidade, toda a trajetória da busca de integração pós-2000 (Mercosul “social”, ênfase na energia e infraestrutura, foco na dimensão política da UNASUL e do Mercosul com rebaixamento de expectativas quanto à sua dimensão econômica) é marcada pelo esforço de contornar e/ou compensar a rejeição da burguesia à modalidade de integração que os governos progressistas tentavam avançar.

- Por trás da resistência das burguesias locais ao projeto integracionista se encontra uma opção estratégica pela associação com o capital externo, a renúncia a qualquer projeto autônomo de desenvolvimento nacional e regional, a adaptação a uma divisão internacional do trabalho que relega aos países da América do Sul o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais e de serviços energéticos para as economias do centro do sistema capitalista, com a integração subalterna das remanescentes indústrias da região às cadeias produtivas globais. Do ponto de vista dessas burguesias, já não há um projeto nacional a implementar ou defender – menos ainda, um projeto regional.

Mercosul, uma trajetória marcada pelas crises

Em contraste com tentativas anteriores, como a Aliança Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), o Mercosul foi a primeira iniciativa de integração regional sul-americana a obter resultados concretos e a abrir alternativas para uma melhor inserção internacional dos países do Cone Sul (VIZENTINI, 2007). O projeto teve como base a aproximação entre o Brasil e a Argentina a partir da década de 1980, quando os dois países abandonaram a histórica disputa pela hegemonia na Bacia do Prata e passaram a identificar amplas áreas de cooperação e interesse mútuo. Os acordos entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín deram o impulso inicial para a integração, que se reforçou com a adesão do Uruguai e do Paraguai. Inicialmente, o projeto tinha como alicerce uma concepção nacional-desenvolvimentista com ênfase em objetivos como o planejamento econômico conjunto e o compartilhamento de tecnologias. No entanto, a adesão dos países envolvidos à orientação neoliberal do Consenso de Washington, no início da década de 1990, alterou os rumos do processo de integração. Assim, quando foi assinado o Tratado de Assunção, em 1991, marco inicial do Mercosul, a perspectiva desenvolvimentista já tinha sido substituída por uma ótica neoliberal, com foco na liberalização do comércio. O Mercosul iniciou suas atividades nos marcos da abertura comercial, da privatização das empresas estatais, da exploração predatória dos recursos naturais pelo capitalismo global.

Instalou-se, nessa década inicial, o chamado “Mercosul de negócios”, em que os principais beneficiários da ampliação da escala dos mercados foram as grandes corporações transnacionais estabelecidas no Brasil e na Argentina, as grandes favorecidas pelas reduções aduaneiras. No período de 1990 a 1995, as empresas transnacionais responderam por 60% do comércio entre os dois países, que se multiplicou por cinco no período (KATZ, 2006,

4. *"(...) el Mercosur nació con el auspicio de funcionarios, empresas multinacionales y capitalistas sudamericanos".*

p.36). Essas empresas pressionaram os governos a estabelecerem os marcos institucionais necessários à intensificação do comércio e à complementaridade entre suas plantas produtivas instaladas no Brasil e na Argentina. Desse modo, "o Mercosul nasceu sob os auspícios de funcionários públicos, de empresas multinacionais e de capitalistas sul-americanos" (KATZ, 2006, p.37)⁴. O volume de comércio entre os sócios do Mercosul cresceu rapidamente, passando de US\$5,1 bilhões em 1991 para US\$ 10 bilhões em 1993, chegando a US\$ 21 bilhões em 1997 (SIMÕES, 2011, p.72)

Nesse contexto, os formuladores de política externa no Brasil e na Argentina passaram a investir fortemente na consolidação do Mercosul como uma etapa preparatória para o ingresso na Alca – ou seja, o Mercosul foi encarado como um espaço onde os setores hegemônicos do capital em ambos os países poderiam se desenvolver de modo a adquirir competitividade com vistas à integração hemisférica, que era encarada como inevitável, segundo o entendimento geral, e até desejável. A postura brasileira em relação à Alca, a princípio hesitante (em contraste com o entusiasmo exibido pelo presidente argentino Carlos Menem), definiu-se em 2000 por uma disposição favorável a partir do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na 3ª Cúpula Presidencial das Américas, em Quebec, no qual afirmou que a adesão ao acordo hemisférico seria inevitável, cabendo ao governo, apenas, tomar as medidas necessárias para garantir os interesses do país nos pontos mais importantes.

Mas as negociações se complicaram nos anos seguintes diante da intransigência do governo estadunidense em preservar o protecionismo em produtos vitais para as exportações brasileiras, como o aço, os calçados, o suco de laranja e o algodão. Nos meios empresariais brasileiros, o ambiente inicialmente favorável à Alca deu lugar a manifestações de preocupação relacionadas com o possível impacto da abertura rápida do mercado interno aos produtos e serviços da América do Norte (BERRINGER, 2015, p.132-144). O projeto da Alca foi se enfraquecendo nos anos seguintes até ser arquivado na conferência de Mar del Plata, em 2005, na qual predominaram as posições contrárias dos governos do Brasil, Argentina e Venezuela.

A crise do modelo neoliberal criou dificuldades também para o Mercosul, sobretudo no final da década de 1990, quando a Argentina, sentindo-se prejudicada pelo crescente déficit comercial com o Brasil, passou a demandar a implantação de "salvaguardas" a fim de proteger setores da sua indústria contra a concorrência dos produtos brasileiros. Do lado brasileiro, as autoridades passaram a sofrer uma permanente pressão das organizações empresariais, com destaque para a poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que adotou uma postura permanente de denúncia de qualquer concessão às reivindicações argentinas como uma "traição" aos interesses nacionais⁵.

O Mercosul em crise ganhou um novo alento com a mudança radical no cenário político sul-americano a partir de 2003, quando a instalação de projetos políticos progressistas no Brasil e na Argentina, que se juntaram ao governo venezuelano de Hugo Chávez no questionamento às regras neoliberais do Consenso de Washington, viabilizou o relançamento da ideia da integração regional, em uma perspectiva "pós-neoliberal". As

5. As críticas do empresariado brasileiro ao Ministério das Relações Exteriores nos conflitos comerciais dentro do Mercosul nas décadas de 1990 e 2000 tiveram como foco seu consentimento à adoção de "salvaguardas", ou seja, mecanismos excepcionais em benefício da Argentina em caso de desequilíbrios no fluxo de comércio entre os dois países, motivados por variações cambiais ou por sérios diferenciais de competitividade, conforme expõe Camargo (2006) em texto de referência sobre o tema.

gestões progressistas – sejam mais radicais ou mais moderadas – compartilham a ideia de que é necessário recuperar o protagonismo do Estado em face do mercado a fim de promover e orientar o desenvolvimento econômico e social⁶. Outro destaque em todas as gestões progressistas é o esforço para recuperar, em maior ou menor medida, o controle estatal sobre os recursos econômicos naturais, especialmente o petróleo e o gás⁷. Esses governantes implementaram políticas sociais de alta intensidade, com redistribuição (limitada) da renda, valorização do trabalho e “inversão das prioridades”, favorecendo os investimentos públicos em saúde, educação e moradia, em benefício das camadas populares. Em política externa, destacou-se a busca de maior autonomia.

Nessa nova conjuntura, “a integração regional passou a ser uma efetiva prioridade de política externa para muitos países, substituindo, em alguns casos, a antiga centralidade que as relações bilaterais com os EUA e com os demais países mais desenvolvidos tinham como fator balizador da política externa” (ZERO, 2015). Os governos progressistas abordaram a integração na perspectiva do fortalecimento da autonomia da América do Sul e da América Latina e da retomada do desenvolvimento econômico, afastando-se dos projetos de orientação neoliberal, como a Alca e os tratados bilaterais de livre-comércio.

Além da criação de novos organismos de integração regional, como a UNASUL e a CELAC, esses governos defenderam mudanças no sentido de reorientar a ênfase na atuação dos organismos pré-existentes, de um “regionalismo aberto” a uma compreensão mais “social” e “participativa” da integração (SILVA, 2015, p.31). A Venezuela levou essa ideia ainda mais longe, ao articular a formação da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), iniciativa de cooperação regional com base no princípio da solidariedade, rejeitando a lógica da competição⁸.

Integração: ideia consensual, interpretações múltiplas

A avaliação das conquistas e dos limites do projeto integracionista levado adiante no ciclo de governos progressistas do período 2003-2016 é objeto de intensa disputa política. Em cada país, os antigos partidários da Alca utilizam o controle oligopólico da mídia para vender a ideia do “fracasso” da integração. No Brasil, a deposição de Dilma Rousseff tornou o iminente o rebaixamento do status do Mercosul, que deixaria de ser uma união aduaneira a fim de permitir que os países do bloco possam negociar livre e separadamente acordos de livre comércio com os EUA, a União Europeia e outras potências econômicas⁹. Essa retórica ignora o impressionante desempenho do comércio exterior brasileiro no cenário regional sul-americano. Em 2002, o Brasil exportava US\$ 4,1 bilhões para o Mercosul. Em 2013, já com a Venezuela no bloco, as exportações brasileiras saltaram para US\$ 29,53 bilhões -- um crescimento de 617%, num período em que as exportações mundiais cresceram 183%.

A meta da integração sempre conviveu com orientações políticas totalmente divergentes. Enquanto o bloco dos governos progressistas fortalecia o protagonismo estatal e priorizava a melhoria das condições

6. Para a caracterização dos governos progressistas na América do Sul, ver Ayerbe (2008, p. 265-301).

7. Na Venezuela, Equador e Bolívia houve revisão compulsória dos contratos com empresas transnacionais para exploração de petróleo e/ou gás natural. Na Argentina, a empresa petrolífera YPF, que havia sido privatizada no governo de Carlos Menem, foi reestatizada por Cristina Kirchner. No Brasil, adotou-se uma legislação específica para o pré-sal, voltada para a garantia do controle estatal da exploração desse recurso e para o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento da indústria brasileira por meio de políticas de conteúdo local.

8. Integravam a Alba em 2017, além da Venezuela, os seguintes países: Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.

9. A proposta de revogação da Tarifa Externa Comum (TEC), que retiraria do Mercosul sua condição de união aduaneira, foi apresentada pela primeira vez pelo então diretor de Relações Internacionais e de Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Gianetti da Fonseca (CAMARGO, 2006).

10. Grupo formado em 2012 por Chile, Peru, Colômbia e México, ao qual se agregou no ano seguinte a Costa Rica.

sociais, outro grupo (articulado ao redor Aliança do Pacífico¹⁰) mantinha o neoliberalismo e a aposta nos acordos de livre-comércio. Mas o problema vai muito além da divisão do espaço regional em um eixo esquerda/direita. O fundamental é que os governos progressistas foram incapazes de superar a inserção econômica subalterna, com base no rentismo mineral e petrolífero e no agronegócio exportador, ao mesmo tempo em que mantiveram, em maior ou menor grau, elementos centrais da política econômica neoliberal dos seus antecessores.

A busca da autonomia regional ocorre nos marcos do capitalismo dependente, numa situação em que as classes dominantes de cada país preservam sua capacidade de tomar decisões econômicas estratégicas. Conforme indaga o economista argentino Julio Gambina,

quem decidiu que os países do Mercosul sejam em conjunto o principal produtor e fornecedor mundial de soja? É o resultado de uma decisão planejada soberanamente ou produto da estratégia de um punhado de empresas transnacionais da alimentação e da biotecnologia que manejam o pacote tecnológico do atual modelo produtivo? (GAMBINA, 2011)¹¹.

11. *“¿Quién decidió que los países del Mercosur sean en conjunto el principal productor y proveedor mundial de soja? ¿Es resultado de una decisión planificada soberanamente o producto de la estrategia de un puñado de empresas transnacionales de la alimentación y la biotecnología que manejan el paquete tecnológico del actual modelo productivo?”*

Da mesma forma, segundo a argumentação de Gambina, o grosso do intercâmbio de bens dentro do Mercosul se constitui de produtos da indústria automotriz, que prefere importar peças de outras partes do mundo e montá-las nos países do Cone Sul por preços inferiores à média internacional a produzi-las na nossa região.

O império da soja, os privilégios concedidos à mineração a céu aberto (cujo preço socioambiental se viu no Brasil com a tragédia de Mariana em 2015) e o papel periférico da indústria regional nas cadeias produtivas globais, tudo isso corresponde às opções das classes dominantes locais, cujos interesses bloqueiam o projeto original de uma integração regional autônoma, voltada para a emancipação. As divergências sobre a criação do Banco do Sul constituem um exemplo significativo. A criação desse organismo financeiro, essencial para a relevância da UNASUL como organismo de articulação regional, foi adiada sucessivas vezes porque os países participantes não conseguiram chegar a um acordo sobre questões básicas: será um banco de desenvolvimento ou um fundo de estabilização econômica? Todos os países-membros terão o mesmo poder de voto nas decisões ou o direito de votação será proporcional às contribuições financeiras de cada um? (BURBACH; FOX; FUENTES, 2013, p.30). Essas diferenças de opinião revelam, na essência, em que grau cada um dos países da Unasul se situava mais próximo ou mais distante de um paradigma capitalista de integração. Ou, em outras palavras, o peso do grande capital nas decisões de política econômica externa.

Os impasses de um projeto integracionista que buscou ir além dos limites estreitos do livre-cambismo são um tema recorrente na literatura acadêmica produzida nas últimas duas décadas sobre o Mercosul, assim como nas reuniões de funcionários, diplomatas, acadêmicos, políticos e ativistas sociais envolvidos, de alguma maneira, com a iniciativa. Em um desses encontros, o ex-vice-chanceler uruguaio Roberto Conde, um dos quadros diplomáticos mais intensamente vinculados à construção do Mercosul, admitia que o projeto de uma integração produtiva, financeira e social entre os países do bloco se mostrou um fracasso em todos

os aspectos: institucional, integração econômica, coordenação macroeconômica, articulação política e participação social¹². “Tivemos políticas públicas estrategicamente bem definidas, mas nunca conseguimos recursos públicos suficientes para colocar em prática essas políticas. Por que?” (AHARONIAN, 2016).

A pergunta remete a um tema constante no debate acadêmico: o tema dos custos da integração. Sempre houve um entendimento de que o Brasil, ator político e econômico mais importante na região, deveria arcar com a maior parte dos custos do processo integracionista, custos esses relacionados, na sua maior parte, com a redução dos desequilíbrios regionais, as chamadas “assimetrias”. No entanto, a disposição das elites empresariais em bancar os custos de uma integração econômica em moldes europeus sempre se mostrou inexistente (LIMA, 2008). A reação agressiva das entidades empresariais brasileiras (juntamente com a mídia e com a oposição conservadora) à revisão dos contratos da Petrobras na Bolívia em 2006, após a posse do presidente Evo Morales, assinalou claramente os limites que o cenário político brasileiro impunha ao projeto integracionista pós-liberal (FUSER, 2015, p. 207-214). Qualquer concessão do governo, como ocorreu em 2009, quando o presidente Lula aceitou rever os termos aviltantes impostos ao Paraguai por ocasião do tratado para o uso da eletricidade da represa de Itaipu na década de 1980, era estigmatizada por meio de expressões sarcásticas como “diplomacia companheira” (usada pelo influente jornalista Elio Gaspari) ou “diplomacia da generosidade” (Barbosa, 2008).

.....Negativa das burguesias locais a arcar com os custos da integração.....

A relutância das burguesias brasileira e argentina em se dispor a qualquer concessão política ou econômica em favor da integração regional é registrada em grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre o tema, embora geralmente essa percepção seja diluída por eufemismos, como aparece em Gonçalves e Lyra (2003, p.14, apud VIGEVANI et al., 2008, p.22):

O grande obstáculo, no Brasil e na Argentina, para um efetivo ‘investimento’ no projeto Mercosul é a ambiguidade com que, para além da retórica do discurso pró-integração, diversos setores das duas sociedades e dos dois governos avaliam o bloco (...). A avaliação de grande parte do campo acadêmico brasileiro converge para a ideia de que um Mercosul mais institucionalizado parece não atender os interesses de parte considerável das elites, de grupos sociais, econômicos e regionais, de setores políticos, que não consideram ter suas necessidades atendidas na atual estrutura (VIGEVANI, et al., 2008, p. 21).

Essa é a conclusão que se pode extrair da pesquisa realizada em 2008 com integrantes da chamada “comunidade de política externa” no Brasil¹³, na qual foram ouvidos, além de empresários, diplomatas, acadêmicos e jornalistas comprometidos, na sua maioria, com os pontos de vista do grande capital. Apenas 25% dos entrevistados se manifestaram a favor da manutenção do Mercosul como uma união aduaneira (comparados a 43% em pesquisa similar feita em 2001). Indagados quanto a uma questão polêmica daquele momento, o ingresso ou não da Venezuela no Mercosul, 37% se manifestaram a favor, 15% contra e 43% favoráveis à proteção da medida, ponto prioritário na agenda diplomática do gover-

12. “Tuvimos políticas públicas estrategicamente bien definidas, pero nunca logramos suficientes recursos públicos como para llevar a cabo esas políticas. Por qué?” Conde fez essas afirmações no simpósio “El Futuro de la Integración Regional”, realizado em novembro de 2016 em Montevidéu, com patrocínio da Fundación por la Integración Latino-Americana (Fila) e apoio da presidência do Mercosul.

13. De acordo com os responsáveis pela pesquisa, essa expressão designa “o universo constituído por pessoas que participam do processo decisório ou contribuem de forma relevante para a formação da opinião no tocante às relações internacionais do país. Compreende portanto não só integrantes do Executivo e do Legislativo, mas também representantes de grupos de interesse, líderes de organizações não-governamentais, acadêmicos, jornalistas e empresários com atuação na esfera internacional” (SOUZA, 2008).

no. Resultado mais revelador do pensamento das classes dominantes sobre política externa (com todos os limites de uma sondagem desse tipo) é apresentado pelos autores da pesquisa nos seguintes termos: “Uma maioria robusta (73%) considera condiciona eventuais acordos do Brasil com países sul-americanos à inclusão de disciplinas sobre propriedade intelectual, proteção aos investimentos, liberalização de serviços e compras governamentais” (SOUZA, 2008). Esses tópicos constituem exatamente o núcleo das posições neoliberais relativas à integração regional.

Outro indicador importante da postura do grande capital perante o projeto pós-liberal de integração sul-americana defendido pelos governos liderados pelo PT são as posições da Fiesp, cujo principal porta-voz para assuntos de política externa no período político pré-2016 foi o ex-embaixador Rubens Barbosa, no cargo de presidente do Conselho de Comércio Exterior daquela entidade empresarial. Em sua coluna no jornal *O Estado de S. Paulo*, Barbosa adotou uma postura de oposição intransigente à diplomacia “ativa e altiva” de Celso Amorim e seus sucessores no Itamaraty, chamando-a de “ideológica”, “populista” e submissa ao “eixo Havana-Caracas”. Em relação ao Mercosul, combateu sistematicamente o que qualifica como “politização” do bloco, atacou em termos duros o ingresso da Venezuela e defendeu o retorno do bloco do Cone Sul à lógica puramente comercial dos anos 1990, o que inclui, em especial, a assinatura de um acordo de livre-comércio com a União Europeia. Em 2006, manifestou apoio explícito à candidatura presidencial de Geraldo Alckmin (PSDB) por considerar que, com ele, “a política externa vai retornar ao seu leito natural... acima de visões conjunturais, ideológicas” [...] (BARBOSA, 2006, sem paginação). Oito anos depois, no contexto das eleições de 2014, Barbosa publicou artigo intitulado “A nova agenda da Fiesp” no qual apresenta e defende um conjunto de propostas da entidade para a política externa, entre as quais o acordo Mercosul-UE como “prioridade imediata da política externa brasileira”, acordos comerciais “mais ambiciosos” com Peru e Colômbia (países da Aliança do Pacífico signatários de acordos bilaterais de livre-comércio com os EUA) e a “integração do país nas cadeias produtivas”. No tocante ao Mercosul, afirmou, “o Brasil deve liderar e impulsionar um processo de readequação da estrutura do bloco e a flexibilização das suas regras, de forma a torna-lo um instrumento efetivo de inserção internacional” (BARBOSA, 2014, sem paginação).

Na maior parte dos tópicos relacionados à integração regional, as posições do empresariado – que coincidem com a postura editorial de todo o conglomerado midiático brasileiro – contradizem a orientação dos governos liderados pelo PT, voltados para o desenvolvimento regional e para a redução das “assimetrias” entre os países. Os responsáveis pela diplomacia de Brasília sempre reconheceram a assimetria como o maior obstáculo no caminho da “integração estrutural” – projeto estratégico do governo Lula que enfatizava a busca de vínculos políticos com os países vizinhos e a adoção de uma política industrial comum, em contraste com o enfoque meramente comercial que marcou o Mercosul na sua primeira década de existência (GUIMARÃES, 2012, p.95). Como uma medida prática para reduzir as assimetrias econômicas, o assessor presidencial Marco Aurélio Garcia anunciou, em 2008, a disposição brasileira de envolver a indústria

de outros países sul-americanos na construção dos cerca de duzentos navios que, segundo se calculava, seriam necessários para explorar as reservas petrolíferas do pré-sal. Nas palavras de Garcia, a demanda criada por essas encomendas iria contribuir para a integração das cadeias produtivas em escala regional, estimulando “o processo de industrialização ou reindustrialização da região” (GARCIA, 2008). Como muitas outras ideias voltadas para o predomínio do aspecto cooperativo sobre a lógica capitalista do lucro, essa também permaneceu no plano das boas intenções.

Deve-se mencionar, por outro lado, a iniciativa brasileira e argentina da criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), voltado para diminuir as diferenças econômicas entre os países do bloco do Cone Sul¹⁴. Entre 2007, o ano em que começou a funcionar, e 2013, o Focem aprovou 43 projetos, num valor total de US\$ 1,38 bilhão, dos quais US\$ 624 milhões (17 projetos) se destinaram ao Paraguai, o país mais pobre do Mercosul (PATRIOTA, 2013). Por mais louvável que seja essa iniciativa, seus efeitos se mostraram, evidentemente, muito insuficientes diante das dimensões estruturais do problema das desigualdades sociais e econômicas na região.

A partir da Argentina também se constata o baixo grau de aderência do empresariado local a um projeto de integração regional tal como o formulado no pós-2003 pelos governos progressistas, como base no desenvolvimento do setor produtivo, no reforço da autonomia econômica nacional e na busca de espaços de complementaridade entre as economias dos países-membros do Mercosul:

[...] mais além de certas declarações, no plano dos fatos não se vislumbram intenções genuínas de transformar o mercado comum em algo mais do que um espaço de livre circulação de capitais e mercadorias. Tampouco se constata a intenção de elaborar e implementar de forma coordenada entre todos os países membros uma estratégia regional de divisão interna do trabalho e de complementação produtiva com vistas ao desenvolvimento harmônico e sustentável da região e ao acesso de seus setores mais dinâmicos ao mercado mundial. Entre outras coisas, isso levaria a rediscutir o padrão de inserção de nosso país no ‘mercado ampliado’ e a promover o desenvolvimento e o fortalecimento de atividades e de atores muito prejudicados pelo processo de desindustrialização das últimas décadas. Tratam-se de medidas que não parecem se situar dentro dos horizontes estratégicos dos nossos “burgueses nacionais” (SCHORR; WAINER, 2005).¹⁵

Os dois autores citados atribuem a resistência da burguesia argentina a aderir ao projeto de integração nos termos defendidos a partir de 2003 pelos governos de Néstor e Cristina Kirchner à opção estratégica da classe dominante daquele país pela “transnacionalização subordinada”, que, segundo esses analistas, afasta qualquer possibilidade de reindustrializar a economia sobre uma base de sustentação inclusiva no plano econômico-social. Dessa forma, afirmam, a grande “burguesia nacional” reduz enormemente as possibilidades existentes de levar adiante um projeto econômico oposto ao do “imperialismo” (por isso ela não encara os setores populares como aliados estratégicos nem se dispõe, nesse contexto, a realizar concessões significativas em relação a eles, mantendo uma atitude que, no seu conjunto, reforça o caráter excludente do projeto de país impulsionado por essa fração da classe dominante local). (SCHORR, WAINER, 2005)¹⁶.

14. Dos US\$ 100 milhões que alimentam a cada ano o total do Focem, 70% cabem ao Brasil, 27% à Argentina, 2% ao Uruguai e 1% ao Paraguai. A distribuição dos financiamentos ocorre no sentido inverso, de tal modo que o Paraguai recebe 48%; o Uruguai, 32%; a Argentina, 10%; e o Brasil, 10%.

15. “(...) más allá de ciertas declaraciones, en los hechos no se vislumbran intenciones genuínas de transformar el mercado común en algo más que un espacio de libre circulación de capitales y mercancías. Ni de diseñar e implementar en forma coordinada entre todos los países miembros una estrategia regional de división interna del trabajo e de complementación productiva con vistas al desarrollo armónico y sustentable de la región y el acceso al mercado mundial de sus segmentos más dinámicos. Entre otras cosas, ello llevaría a replantearse el patrón de inserción de nuestro país en el ‘mercado ampliado’ y a promover el desarrollo y el fortalecimiento de actividades y actores muy castigados por el proceso de desindustrialización de las últimas décadas. Se trata de medidas que no parecen encontrarse dentro de los horizontes estratégicos de nuestros ‘burgueses nacionales.’”

16. “La gran ‘burguesía nacional’ reduce sobremedida las posibilidades existentes de llevar adelante un proyecto económico opuesto al del ‘imperialismo’ (de allí que no se interpele a los sectores populares como aliados estratégicos ni, en ese marco, que se realicen concesiones significativas hacia los mismos, todo lo cual refuerza el carácter excluyente del proyecto de país impulsado por esta fracción de la clase dominante local).”

De volta ao debate sobre a “burguesia nacional”

O tema remete a um debate clássico entre autores das ciências sociais e teóricos no campo das forças políticas de esquerda na América Latina. A ideia de que existe nos países da região uma burguesia com raízes locais, foco no mercado doméstico e interesse objetivo no desenvolvimento econômico nacional remonta à primeira metade do século 20, quando os partidos comunistas passaram a defender a aliança do proletariado com a “burguesia nacional” para levar adiante a luta anti-imperialista e as “tarefas democráticas” da revolução, como a reforma agrária. Em cada um dos países latino-americanos onde se fez presente esse tipo de expectativa, a “burguesia nacional” se recusou a cumprir o papel a ela destinado no roteiro stalinista, preferindo, nos momentos mais críticos da luta de classes, aconchegar-se aos setores mais conservadores das classes dominantes (o latifúndio, a elite financeira e a burguesia “compradora”) e apoiar as preferências do imperialismo estadunidense, em prejuízo da classe trabalhadora, do povo em geral e de qualquer perspectiva de desenvolvimento autônomo dos nossos países.

Foi assim no Brasil, por ocasião da derrubada e suicídio de Getúlio Vargas e, mais tarde – com mais nitidez ainda – no golpe de 1964. O mesmo se passou no Chile do início da década de 1970, quando a burguesia, no seu conjunto, se juntou ao imperialismo estadunidense na campanha de desestabilização do governo da Unidade Popular, culminando no golpe militar de 1973. Processos semelhantes se verificam nos demais países latinoamericanos, da Guatemala em 1954 à atual ofensiva contra a Revolução Bolivariana na Venezuela. Uma legião de pensadores de esquerda, entre os quais se destacam os brasileiros Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes e o equatoriano Agustín Cueva, desconstruiu essas teorias de aliança de classe, demonstrando a inexistência de uma “burguesia nacional” com vocação anti-imperialista em formações sociais com o nosso legado comum, colonial e escravocrata. No caso brasileiro, trata-se de uma realidade social e econômica que se transformou imensamente nas últimas décadas. A burguesia industrial brasileira vem sendo desmantelada, em um processo que combina a reprimarização da economia com a financeirização e a desnacionalização de empresas em todos os setores econômicos, da indústria às telecomunicações, do agronegócio aos serviços, da mineração às grandes redes do comércio (MATOS, 2016).

Autores argentinos caracterizam em linhas similares as classes dominantes de seu país, apontando limitações que incidem sobre sua incapacidade, desinteresse e até mesmo hostilidade perante um projeto de integração voltado para o aumento da autonomia nacional e da redução das desigualdades sociais no plano doméstico. É o que afirma, por exemplo, o economista Claudio Katz: “A burguesia nacional que privilegia a demanda foi substituída pela burguesia local, que dá preferência ao barateamento dos salários. Seu caráter minoritário se consolida juntamente com a associação a empresas estrangeiras” (KATZ, 2014)¹⁷.

Fernando Gabriel Romero, em seu estudo detalhado sobre as relações entre as classes dominantes argentinas e o capital externo, apresenta

17. “La burguesía nacional que privilegia la demanda ha sido reemplazada por la burguesía local, que jerarquiza el abaratamiento de los salarios. Su carácter minoritario se consolida junto a la asociación con empresas extranjeras.”

a seguinte avaliação:

A análise do processo histórico 1976-2008 permite observar a expansão e consolidação de frações da classe dominante local em associação subordinada ao capital estrangeiro sob diversas formas. Numerosas empresas locais foram vendidas a companhias estrangeiras, realizaram fusões ou constituíram *joint ventures* com firmas de outros países. (...) Assistimos a um processo de desnacionalização da burguesia no seu conjunto, ilustrado por sua incapacidade para constituir ou representar um projeto nacional de ruptura dos laços com os imperialismos. Ou seja, a ausência de perspectivas subjetivas e pragmáticas em torno a uma política anti-imperialista está em relação direta com a associação ou subordinação das classes dominantes argentinas ao capital estrangeiro (ROMERO, 2015; p. 488-489)¹⁸.

Diante dos fatores estruturais que inviabilizaram os esforços no sentido de uma integração profunda, as iniciativas durante o período dos governos progressistas estiveram mais voltadas para empreendimentos de integração energética e de infraestrutura. Os encontros do Mercosul e da UNASUL preencheram suas agendas com debates sobre temas pontuais, como padronização de normas, ou, no caso da UNASUL, com questões diplomáticas que, apesar da sua importância, passaram ao largo do elemento fundamental de uma verdadeira integração – a economia. O tema foi apon-tado no já referido simpósio sobre rumos da integração ocorrido em 2016 em Montevidéu, conforme o relato de Aram Aharonian:

Alertou-se (...) para um erro político-estratégico muito grave das forças progres-sistas: desprezar a integração econômica, sem a qual não existe verdadeira inte-gração. (...) Além disso, apesar do poder das políticas públicas, nossa integração foi impedida pelos agentes econômicos privados, que sem dúvida serão engo-lidos pelo capitalismo global: entre 70% e 80% de nossas economias estão em mãos privadas (AHARONIAN, 2016)¹⁹.

Conclusão

Tanto no Brasil quanto na Argentina, as grandes empresas favoreci-das com linhas de crédito e todo tipo de apoio oficial amealharam lucros fabulosos no ciclo de governos progressistas. Porém em momento algum mostraram qualquer compromisso ou apoio ativo aos projetos políticos daquelas gestões. Aceitaram todas as benesses, pressionaram (em geral, com sucesso) por vantagens setoriais aqui e ali. Mas no campo político se limitaram, no máximo, a tolerar os governos “de esquerda” como uma extravagância temporária numa trajetória histórica de cinco séculos de poder irrestrito. Houve quem encarasse essa postura pragmática como expressão de uma aliança de classes, o que explicaria a relativa estabilidade política naquele período, apesar da permanente campanha midiática hostil (BOITO JÚNIOR, 2012). Quando surgiu a oportunidade, a burgue-sia brasileira agiu em bloco para golpear a democracia, como se verificou na ampla coligação de setores empresariais para a derrubada de Dilma Rousseff em 2016. Com a exceção dos empreiteiros da engenharia pesada, às voltas com os escândalos de corrupção que vieram à tona na Operação Lava-Jato, o que se viu na mobilização golpista foi um verdadeiro quem-é-quem da burguesia brasileira. Lá estavam, unidos pelo “fora Dilma”, os banqueiros, os fazendeiros do agronegócio, os magnatas da mídia e os caciques da indústria brasileira remanescente, das grandes redes de

18. “El análisis del proceso histórico 1976-2008 permite observar la expan-sión y consolidación de fracciones de la clase dominante local en asociación subordinada bajo diversas formas al capital extranjero. Numerosas empresas locales fueron vendidas a compañías extranjeras, realizaron fusiones o constituyeron *joint ventures* con firmas foráneas. [...] Assistimos a un proceso de desnacionalización de la burguesía en su conjunto, ilustrado por su inca-pacidad para constituir o representar un proyecto nacional de ruptura de los lazos con los imperialismos. Es decir, la ausencia de perspectivas subjetivas y pragmáticas en torno a una política antiimperialista está en relación directa con la asociación o subordinación de las clases dominantes argentinas al capital foráneo.”

19. Se alerta (...) sobre um erro político-estratégico muy grave de las fuerzas progresistas: despreciar la integración económica, sin la cual no hay verdadera integración. [...] Además, pese al poder de las políticas públicas, nuestra inte-gración fué impedida por los agentes económicos privados, que sin dudas van a ser deglutidos por el capitalismo glo-bal: el 70 o 80% de nuestras economías están en manos privadas.

comércio e das empresas de comunicações.

Nesse sentido, o impeachment brasileiro representou um sério golpe para quem, até aquele momento, ainda veiculava sua crença na conciliação de classes – a ideia de que seria possível superar o *apartheid* social e o subdesenvolvimento no Brasil sem confronto com o grande capital, mas apenas por meio do crescimento da economia. Na Argentina, igualmente, a vitória eleitoral de Mauricio Macri foi impulsionada por uma aliança que envolve o amplo leque das classes dominantes daquele país, inclusive os setores que haviam sido amplamente beneficiados pelas políticas neodesenvolvimentistas dos governos dos Kirchner. Em suma, seria difícil imaginar outro desenlace para processos de integração regional que, embora conduzidos por governos de caráter progressista, precisariam contar, obrigatoriamente, com a cooperação das classes dominantes locais – o que, claramente, não se verificou. A retomada de um projeto de integração profundo, autônomo e progressista do ponto de vista político e social, dificilmente terá a colaboração do empresariado industrial, agrícola, comercial, financeiro ou de serviços. Tal empreendimento só pode ter como protagonistas os atores políticos do campo popular, os únicos interessados em um projeto de emancipação econômica, política e social que só será viável em escala internacional e, antes de tudo, regional.

Referências

- AHARONIAN, Aram. **El futuro de la integración regional necesita de nueva teoría y estrategia**. [S. l.]: Aporrea, 21 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/internacionales/a237453.html>> Acesso em: 10 maio 2017.
- AYERBE, Luis Fernando. “Novos atores política e alternativas de governo na América do Sul: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela”. In: AYERBE, Luis Fernando. (Org.), **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BARBOSA, Rubens. Alckmin e a política externa. **O Estado de S. Paulo**, 10 out. 2006.
- BARBOSA, Rubens. **Diplomacia da generosidade**. O Estado de S. Paulo. 13 maio 2008.
- BARBOSA, Rubens. **A nova agenda da Fiesp**. O Estado de S. Paulo. 09 jul. 2014.
- BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **As contradições da frente neodesenvolvimentista**. [S. l.]: Viomundo, 3 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-da-frente-neodesenvolvimentista.html>> Acesso em: 23 out. 2017.
- BURBACH, Roger; FOX, Michael; FUENTES, Federico. **Latin America’s Turbulent Transitions: the future of twenty-century socialism**. Halifax (Canadá), London, New York: Fernwood Publishing, Zed Books, 2013.
- CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, 2006.
- FUSER, Igor. **As razões da Bolívia: dinheiro e poder no conflito com a Petrobras pelo controle do gás natural (2003-2007)**. São Bernardo do Campo (SP): Editora UFABC, 2015.
- GAMBINA, Julio C. **Um modelo en discusión**. [S. l.]: Aporrea, 24 jun. 2011. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/ideologia/a125634.html>> Acesso em: 10 maio 2017.
- GARCIA, Marco Aurélio. **Países sul-americanos poderão cooperar com produção do pré-sal**. Entrevista concedida Ivanir Bortort e Yara Aquino. [S. l.]: FETEC, 28 ago. 2008. Disponível em: < <http://www.fetecpr.org.br/paises-sul-americanos-poderao-cooperar-com-producao-do-pre-sal/>> Acesso em: 23 out. 2017.
- GONÇALVES, José Botafogo; LYRA, Maurício Carvalho. Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas. **Centro Brasileiro de Relações Internacio-**

nais, Rio de Janeiro, v. 2, ano 2, 2003. Disponível em: <<http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2008/02029.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2017.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A perspectiva brasileira da integração sul-americana. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Funag, 2012.

KATZ, Claudio. **El Rediseño de América Latina**: Alca, Mercosur y Alba. Buenos Aires: Ediciones Luxembourg, 2006.

KATZ, Claudio. **Dualidades de América Latina**: economía y clases (I). [S. l.]: ALAINET, 26 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/70893>>> Acesso em: 10 maio 2017.

LIMA, Maria Regina S. de. Liderazgo regional em América del Sur: tiene Brasil un papel a jugar?. In: LAGOS, R. (Comp.). **América Latina**: integración o fragmentación? Buenos Aires: Endhasa, 2008.

LIMA, Maria Regina S. de. Avanços, impasses e desafios da integração. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G.R.; BERRON, G. (Org.). **2002-2013: uma nova política externa**. Tubarão (SC): Copiart, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Formas de dominação e exploração do trabalho**: um aspecto (central) da crise brasileira. [S. l.]: Blog Junho, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/formas-de-dominacao-e-exploracao-do-trabalho-um-aspecto-central-da-crise-brasileira/>> Acesso em: 10 maio 2017.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Mercosul e a integração regional. **Revista Interesse Nacional**, v. 6, n. 23, 2013.

ROMERO, Fernando Gabriel. **El imperialismo y el agro argentino**: história reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano. Buenos Aires: Ciccus, 2015.

SCHORR, Martín; WAINER, Andrés. A propósito de la crisis del Mercosur: notas sobre el proyecto de país de la 'burguesía nacional' en Argentina. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 215, Oct./Nov. 2005. Disponível em: <http://www.industrial.frba.utn.edu.ar/MATERIAS/eco_general/archivos/public_08.pdf> Acesso em: 10 maio 2017.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Democracias errantes**: reflexões sobre experiências participativas na América Latina. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Política externa brasileira para a América do Sul, Central e Caribe**. Brasília: FUNAG, 2011.

SOUZA, Amaury de. **O Brasil na região e no mundo**: percepções da comunidade brasileira de política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, 2008.

VIGEVAI, Tullo et al. "O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites", **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2007.

ZERO, Marcelo. O Mercosul e os processos de integração da América do Sul e da América Latina (Integração pela Cidadania ou Desintegração pelas Assimetrias?). [S. l.]: Brasil no Mundo, 21 mar. 2014 [Grupo de Reflexão sobre as Relações Internacionais]. Disponível em: <<http://brasilnomundo.org.br>> Acesso em: 10 maio 2017.